

Revista Intervenção, Estado e Sociedade [RIES]

v. 1 n.1 janeiro/julho 2014

ISSN 2317-0905



PROJURIS

Rua Clemente Garla, 230 - Jardim Portal do Sol - Marília/SP (Brasil) - CEP: 17.519-400

Coordenadores Pedagógicos

Prof. Dr. Renato Bernardi

Prof. Dr. Ricardo Pinha Alonso

Editor da RIES

Prof. Dr. Fernando de Brito Alves

Conselho Editorial

Dr. Manuel Arnaldo Castillo Calle
Presidente del Instituto Euro/Americano de Derecho
Constitucional – INEDECO, Lima, Peru

Dr. Ricardo Pinha Alonso
Professor no Centro Universitário Eurípides de
Marília

Dr. Fernando de Brito Alves
Professor Adjunto da Universidade Estadual do
Norte do Paraná

Dr. Delson Fernando Barcellos Xavier
Professor da Universidade Federal de Rondônia

Dr. Ángel Cobacho López
Professor da Universidad de Murcia, España

Drª. Flavia Piovesan
Professora da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo

Dr. Renato Bernardi
Professor Adjunto da Universidade Estadual do
Norte do Paraná

Dr. Elival da Silva Ramos
Professor da Universidade de São Paulo

Consultores

Ma. Mayara Alice Pegorer
TRF 4ª. Região, Brasil

Me. Celso Jefferson Messias Paganelli
Instituição Toledo de Ensino - Bauru, Brasil

Me. Felipe Athayde Lins de Melo
Universidade Federal de São Carlos - Grupo de
Estudos sobre Violência e Administração de
Conflitos, Brasil

Me. Rafael José Nadim de Lazari
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Me. Jose Antonio Gomes Ignacio Junior
Faculdade EDUVALE Avaré, Brasil

Drª. Raquel Grellet Pereira Bernardi
PROJURIS Estudos Jurídicos

Me. Washington Luiz Testa Júnior
Faculdades Integradas de Ourinhos - FIO, Brasil

Dr. Vladimir Brega Filho
Universidade Estadual do Norte do Paraná

Ma. Caroline Leite de Camargo
Faculdades Integradas de Três Lagoas, Brasil

Me. Alexandre Gazetta Simões
Faculdade Sudoeste Paulista-FSP/Avaré, Brasil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Intervenção, Estado e Sociedade / Projuris Estudos Jurídicos – Vol 1, n. 1 (jan./jun. 2014). Marília: Projuris, 2014.

v.; 28 cm

Semestral

ISSN: 2317-0905

1. Direito – Periódicos I. Projuris Estudos Jurídicos

CDD 340.05

*As ideias e opiniões veiculadas nos artigos são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.
É permitida a reprodução dos artigos desde que seja citada a fonte*

SUMÁRIO

<i>Editorial</i>	4
Autores que publicam neste número	5
CIDE COMBUSTÍVEL E SUA JUSTA DESTINAÇÃO <i>CIDE FUEL AND ITS FAIR ALLOCATION</i> Jocimar Antonio TASCA	6
CONTRA A “FALÊNCIA DA PRISÃO”: UM PERCURSO INTERPRETATIVO A PARTIR DO CRESCIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL PAULISTA <i>AGAINST THE "FAILURE OF PRISON": AN INTERPRETIVE PATH FROM THE GROWTH OF THE PRISON SYSTEM IN SÃO PAULO</i> Felipe Athayde Lins de MELO	22
A SEGURANÇA JURÍDICA E O NEOCONSTITUCIONALISMO: INCORREÇÕES E CONTRADIÇÕES DA TENTATIVA DE SUPERAÇÃO DA SEPARAÇÃO DE PODERES <i>LEGAL SECURITY AND THE NEOCONSTITUTIONALISM: CONTRADICTIONS INACCURACIES AND TRY TO OVERCOME THE SEPARATION OF POWERS</i> Lucas De LAURENTIIS	49
O ATIVISMO JUDICIAL E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES <i>JUDICIAL ACTIVISM AND THE PRINCIPLE OF SEPARATION OF POWERS</i> Marcia Aparecida de Andrade FREIXO	59
VIABILIDADE JURÍDICA DA REALIZAÇÃO DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA POR FUNDAÇÃO ESTATAL DE DIREITO PRIVADO <i>LEGAL FEASIBILITY OF ACHIEVEMENT FOUNDATION OF COLLECTIVE BARGAINING IN STATE OF PRIVATE LAW</i> Renato Silveira Bueno BIANCO	84
A PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP): AS GARANTIAS PREVISTAS NA LEI 11.079, DE 30/12/2004: UM EXAME DOUTRINÁRIO SOBRE LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DE TAIS GARANTIAS <i>A PUBLIC-PRIVATE PARTNERSHIP (PPP): WARRANTIES AS EXPECTED LAW IN 11079, DE 30/12/2004: A DOCTRINAL EXAM ON LEGAL AND CONSTITUTIONAL GUARANTEES OF SUCH</i> Reinaldo Marques da SILVA	102

COLABORAÇÃO NO PROCESSO PREVIDENCIÁRIO <i>COLLABORATION IN PENSIONS CASES</i> <i>Eduardo CAMBI</i> <i>Nathan Barros OSIPE</i>	129
ACESSO À JUSTIÇA E DIREITO DE DEFESA: DIREITOS FUNDAMENTAIS CONTRAPOSTOS <i>ACCESS TO JUSTICE AND LAW OF DEFENSE: FUNDAMENTAL RIGHTS OPPOSED</i> <i>Gelson Amaro de SOUZA</i>	154
O DIREITO ENTRE O ESTADO E O ESTADO DE DIREITO: REVISITANDO A TEORIA DO DIREITO E DO ESTADO DE LEÓN DUGUIT <i>THE LAW BETWEEN THE STATE AND THE RULE OF LAW: AN APPROACHING ABOUT</i> <i>LEON DUGUIT'S THEORY OF LAW AND STATE</i> <i>Ian Pimentel GAMEIRO</i>	181
O DIREITO PENAL COM O CONTROLE SOCIAL: OUTRAS ALTERNATIVAS EM RESPEITO À DIGNIDADE HUMANA <i>THE CRIMINAL LAW WITH SOCIAL CONTROL: OTHER ALTERNATIVES IN RESPECT FOR</i> <i>HUMAN DIGNITY</i> <i>Vanessa Aguiar SANTOS</i>	195
<i>NORMAS PARA SUBMISSÃO DE ORIGINAIS</i>	211
<i>RULES FOR SUBMISSION OF PAPERS</i>	212

Editorial

É com satisfação invulgar que apresento à comunidade jurídica a Revista Intervenção, Estado e Sociedade. Ela é uma iniciativa do Projuris Estudos Jurídicos que, sob a coordenação pedagógica dos professores doutores Renato Bernardi e Ricardo Pinha Alonso, pretende tornar-se uma referência para estudos interdisciplinares que tratem de temas do Estado, da Sociedade, e da Intervenção do Estado na Sociedade quando exercita funções atinentes a quaisquer dos três Poderes.

Publicada observando elevados padrões editoriais, a RIES conta com experimentado Conselho Editorial e com a colaboração de inúmeros consultores e avaliadores *ad hoc*, a quem agradecemos pelos esforços empenhados na organização do primeiro volume.

A RIES pretende ser um espaço democrático para o debate de ideias, com exame rigoroso e imparcial dos originais submetidos pelo sistema *Double blind per review* o que pode ser refletido na diversidade dos textos publicados neste primeiro número.

Importante ressaltar que a quase totalidade dos textos publicados, guarda relação com pesquisas desenvolvidas no âmbito de projetos e programas de estudos pós-graduados, o que evidentemente delimita e qualifica o universo dos leitores da revista.

Sem mais delongas, vamos aos textos!

Prof. Dr. Fernando de Brito Alves
Editor da RIES

Autores que publicaram neste número

Eduardo CAMBI

Promotor de Justiça no Estado do Paraná. Assessor da Procuradoria Geral de Justiça do Paraná. Assessor de Pesquisa e Política Institucional da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça. Coordenador do Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção, Transparência e Controle Social da Comissão de Direitos Fundamentais do Conselho Nacional do Ministério Público. Pós-doutor em direito pela Università degli Studi di Pavia. Doutor e mestre em Direito pela UFPR. Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Paranaense (UNIPAR).

Felipe Athayde Lins de MELO

Doutorando e Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos, onde integra o Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos, coordenado pela Profª Drª Jacqueline Sinhoretto. Possui pós-graduação em Gestão de Organizações do Terceiro Setor (Universidade Mackenzie - 2002), graduação em Filosofia (Universidade Estadual Paulista - 1998) e formação em metodologias de trabalho cooperativo pelo GETS/United Way of Canada. No campo profissional, além de possuir experiência em docência no ensino superior, atua principalmente em programas de desenvolvimento social e de aprimoramento da gestão pública, possuindo mais de doze anos de experiência em concepção, implantação e gerenciamento de projetos. Atualmente, é professor de Filosofia, Sociologia e Política Pública em cursos de licenciatura e de pós-graduação na Faculdade de Educação São Luís de Jaboticabal.

Gelson Amaro de SOUZA

Doutor em Direito pela PUC/SP, Professor por concurso dos cursos de graduação e mestrado da UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná (Campus de Jacarezinho-PR), ex-Diretor e Professor da Faculdade de Direito de Presidente Prudente-SP – FIAET, da Faculdade de Direito de Adamantina – FAI, Professor convidado em Cursos de Pós-Graduação como FADAP de Tupã, AEMS de Três Lagoas-MS, FIO de Ourinhos, ESUD de Cuiabá-MT, ESA–Escola Superior da Advocacia da OAB-SP, Procurador do Estado de São Paulo (aposentado) e Advogado em Presidente Prudente-SP

Ian Pimentel GAMEIRO

Mestrando em Direito Constitucional pela Faculdade Direito da Universidade de Coimbra. Advogado.

Jocimar Antonio TASCA

Advogado, Pós-graduando em Direito do Estado pelas Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) / Projuris Estudos Jurídicos

Lucas De LAURENTIIS

Doutorando e mestre em Direito constitucional pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pesquisador visitante da Albert Ludwigs Universität Freiburg. Especialista em Direito público e constitucional. Professor e pesquisador de Direito nos cursos de especialização e pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Colaborador, pesquisador e orientador na Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP). Pesquisador e professor convidado da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Membro da comissão de Direito constitucional da OAB-SP. Autor de diversos artigos e obras publicadas.

Marcia Aparecida de Andrade FREIXO

Procuradora do Estado de São Paulo, formada em Direito e em Letras pela Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Processual Civil e aluna do curso de Especialização em Direito do Estado da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo

Nathan Barros OSIPE

Técnico da Justiça Federal. Mestre em Direito pela Universidade do Norte do Paraná (UENP).

Reinaldo Marques da SILVA

Graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade de Ribeirão Preto – USP. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco – USP. Escrevente Técnico Judiciário – Tribunal de Justiça de São Paulo. Associado do Instituto Brasileiro de Direito Tributário

Renato Silveira Bueno BIANCO

Procurador do Estado de São Paulo, Classificado na Procuradoria Regional de Marília, Especialista em Direito Administrativo pela Universidade Anhaguera-Uniderp.

Vanessa Aguiar SANTOS

Atualmente desenvolve pesquisa vinculada ao CNPq - pesquisadora bolsista - Foi organizadora geral do PROATO - Projeto Cidadania Proativa e Direito; do Centro Universitário Eurípedes de Marília; desenvolveu estágio voluntário - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: constituição, controle social, dignidade humana, princípios e direito penal.